

Liberdade Económica e Responsabilidade Pessoal

Desenvolvimento Económico e Bem-Estar no Pensamento Católico

Uma versão anterior deste ensaio foi apresentada numa conferência sobre “Bem-Estar e Crescimento Económico” durante o 15º Encontro Anual Internacional em Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Junho 27-30, 2007

A hierarquia da Igreja, através dos seus ensinamentos, tem ajudado a dar forma ao pensamento católico em questões de desenvolvimento e bem-estar humano. Ofereço estas reflexões tentando viver o espírito da última encíclica, *Caritas in Veritate*, CV, que afirma que “o maior serviço ao desenvolvimento...é um humanismo Cristão [157] que excita a caridade e se guia pela verdade, aceitando ambas como uma dádiva duradoura de Deus.” (CV, 78). A ênfase de *Caritas in Veritate* no sector da economia baseado dádivas e gratificações pode ter um enorme impacto no desenvolvimento do pensamento eco-



POR
Alejandro A. Chafuen

Presidente da Atlas Economic Research Foundation e Senior Fellow no Acton Institute for the Study of Religion and Liberty.

nómico Católico. No entanto, não me irei focar nestes ensinamentos importantes uma vez que merecem uma análise muito mais profunda do que aquela que é possível neste ensaio.

Duas grandes contribuições do pensamento Católico ao desenvolvimento económico e bem-estar humano são os ensinamentos sobre propriedade priva-

da e sobre a família. Já escrevi extensivamente sobre propriedade privada, sobretudo com o meu colega Leonard P. Liggio (Chaufen, Liggio, 2004). Mostramos que a propriedade privada e a família estão ligadas. O primeiro sentido de necessidade de propriedade privada apareceu como forma de tentar proteger e preservar a família intergeracional.

Poucos dos meus aliados liberais e libertários se focam na família. talvez porque cada um de nós terá tido a experiência de problemas familiares, hesitamos tocar na sua importância. Quem somos nós para ensinar? A maioria dos estudos empíricos mostra as vantagens económicas, educacionais e o bem-estar das crianças que vivem a maior parte da infância com as respectivas mães e pais. O Estado Providência em

que Vivemos, por James Bartholomew, publicado pelo Institute of Economic Affairs (UK), confirma esta conclusão. Hayek desenvolveu o tema: “A indiscutível ligação histórica entre religião e os valores que moldaram e desenvolveram a nossa civilização, como uma família e propriedades, não quer obviamente dizer que existe uma ligação intrínseca entre a religião enquanto tal e tais valores. Entre os fundadores de religiões nos últimos dois mil anos, muitos foram os que se opuseram à propriedade e à família. Mas as únicas religiões que sobreviveram são aquelas que apoiam a propriedade e a família.” (Hayek, 1988) A Igreja Católica Romana é uma dessas religiões que sobreviveram.

Aqueles que são cépticos acerca dos benefícios da dita família tradicional, têm razão ao afirmar que ainda é cedo para medir os efeitos no bem-estar causados pelas mudanças da estrutura da família que estão a acontecer em muitas partes do mundo, como por exemplo na Escandinávia. No entanto, com os dados disponíveis, concluo facilmente que a família e a propriedade privada são os pilares do crescimento e bem-estar na sociedade livre. Como mencionei em outras ocasiões, se não acreditarem em mim, acreditem nos marxistas que, como grandes inimigos da sociedade livre, concentraram a maioria das suas políticas na tentativa de destruição de ambas as instituições.

Depois de reconhecer estas contribuições fundamentais e pilares da doutrina Católica, focar-me-ei em três linhas de pensamento difundidas que considero serem prejudiciais ao desenvolvimento e bem-estar. Farei mais referências à realidade da Europa que tem, e continuará a ter, uma grande influência no pensamento da Igreja. O Vaticano está muito próximo, geograficamente e culturalmente da realidade europeia. Apesar da influência do pensamento da Igreja estar a enfraquecer na Europa, continua a ser uma enorme força de ensinamento.

Quando se analisa o pensamento Católico é necessário ter consciência dos vários níveis de autoridade que existem em declarações e documentos publicados por diferentes entidades da Igreja. Infelizmente, mesmo em grandes publicações da Igreja Católica Romana, “opiniões contingentes histori-



amente condicionadas sobre assuntos específicos” têm o mesmo peso do que princípios fundamentais. (Gregg, 2006, p.264) Declarações de Conferências Episcopais têm o mesmo peso do que declarações feitas pelo Papa. Poucos compreendem a diferença entre um discurso do Papa numa conferência académica e uma declaração feita *ex-cathedra*, como numa Encíclica. Por vezes, uma apresentação do Sumo Pontífice tem mais cobertura mediática do que uma encíclica e para o observador comum essas declarações também fazem parte dos ensinamentos da Igreja.

Há três grandes tendências do século XX no pensamento Católico que ainda têm influência sobre o desenvolvimento económico de uma forma negativa. Estas são:

a) A noção de que numa sociedade capitalista existe uma tendência para os ricos ficarem mais ricos e os pobres ficarem mais pobres

b) A crença de que o mercado de tra-

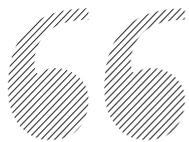
balho é radicalmente diferente de todos os outros mercados

c) Uma visão “angélica” do estado, que recomenda a intervenção do governo sempre que as forças do mercado não produzem resultados ideais

Pode-se encontrar estas noções e crenças em documentos da Igreja, declarações da hierarquia e conferências episcopais, todas com vários graus de autoridade.

Os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres

Os intelectuais de diferentes crenças prepararam o terreno para a aceitação destes pontos de vista. Durante o início do século XX, Vladimir I. Lenine desenvolveu as suas teorias de imperialismo, tocando na questão de haver nações que vão ficando cada vez mais ricas enquanto outras vão ficando cada vez mais pobres. As suas opiniões sobre como as nações capitalistas ricas exploram outras ainda influenciam hoje



As associações ecologistas internacionais, por exemplo, consideram que os seres humanos não estão no centro, sendo apenas mais um elemento na natureza

o mundo. Durante a segunda metade do século XX o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) desenvolveu uma teoria sobre o centro-periferia que não diferia muito desta. Afirmava que quando as cartas eram distribuídas, os países ricos do “centro” acabavam sempre por ficar mais ricos e por explorar os países pobres da “periferia.” Autores, como Hernando de Soto, que subscrevem o sistema de mercado, também reconhecem que muitas pessoas têm ficado fora do sistema, sem possibilidade de terem o seu quinhão dos benefícios da globalização.

Em 1968, a conferência episcopal de bispos latino-americanos decorreu em Medellín, Colômbia. Alguns parágrafos do documento de Medellín causaram bastantes danos ao respeito das liberdades económicas: “Os países que produzem matérias primas – sobretudo se dependem maioritariamente de uma determinada exportação – ficam sempre pobres, enquanto os países industrializados vão enriquecendo...Gostaríamos de salientar que os grandes culpados da dependência económica dos nossos países são os poderes inspirados por um desejo incontrolado de ganho.”

O Papa Paulo VI, na sua encíclica *Populorum Progressivo* (1967) utilizou uma linguagem e análise semelhantes. Escreveu que o sistema económico entregue “a si mesmo” aumenta o fosso entre as nações ricas e as nações pobres: “Os ricos gozam de um crescimento rápido enquanto os pobres desenvolvem-se deva-

gar. O desequilíbrio está a aumentar...” Também condenou os proprietários de latifúndios que utilizam a sua propriedade de uma forma que é prejudicial ao bem comum. O Papa criticou aqueles que querem proteger as suas poupanças da espoliação local ao enviar o seu dinheiro para o estrangeiro “apenas para seu próprio benefício, sem se preocuparem com o prejuízo que manifestamente causam ao seu país ao fazerem isto.”

Numa mensagem dirigida à Academia Pontifical de Ciências Sociais, durante a sua 13ª assembleia plenária em Roma, o Papa Bento XVI repetiu o slogan sobre “o fosso crescente entre os países ricos e os países pobres.” Como é habitual, mesmo que isto seja uma questão contingente, o Papa não deu exemplos concretos: em que espaço de tempo é que os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres? Porque é que um país rico como a Argentina perde terreno face a países pobres como o Chile, Singapura ou Hong Kong? Como é que a Irlanda, que é pobre, está a ultrapassar países ricos europeus?

Na *Caritas in Veritate* o Papa repete o que “João Paulo II já observou: a linha de demarcação entre os países ricos e os países pobres já não é tão evidente como o era na altura de *Populorum Progressio*.” (CV, 22) O Papa reconhece que a riqueza do mundo está a crescer em termos absolutos “mas as desigualdades estão a aumentar” e “o escândalo das desigualdades notórias” continua. (CV, 22) O Papa Bento menciona a seguir que a corrupção é parte do problema. Mas não menciona que são precisamente esses países com mais liberdade económica que mostram níveis mais baixos de corrupção e níveis mais elevados de desenvolvimento económico e humano.

O mercado de trabalho

Na questão do mercado de trabalho, foram os economistas clássicos, e até mesmo alguns ensinamentos de Adam Smith e mais tarde de David Ricardo, que influenciaram a teoria do valor-trabalho de Karl Marx. O trabalho não era apenas visto como a única fonte de valor, havia mesmo quem argumentasse que a natureza tinha deixado os trabalhadores à mercê dos esquemas de homens de negócios e de uma “Lei de Ferro de Salários.” A suposta lei, popularizada por Ferdinand Lassalle

(1825-1864), um jurista alemão, afirmava que se os trabalhadores ganhassem para além de níveis de subsistência, teriam mais filhos, que entretanto fariam parte da força de trabalho, baixando os salários outra vez para níveis de subsistência.

Embora nunca tomando o lado do Marxismo, exceptuando os padres do movimento da “Teologia da Libertação”, as declarações da Igreja têm preferência tanto pelo trabalhador como pelo pobre. Os sindicatos são normalmente vistos de uma forma positiva, e a experiência de João Paulo II com o movimento trabalhador Solidariedade na Polónia influenciou enormemente os seus textos. Apesar de os sindicatos e os líderes estarem sujeitos a pecar e a errar, tal como qualquer outra pessoa, raramente se encontram críticas aos sindicatos em documentos da Igreja.

O Papa Pio XI pensava que o trabalho era tão especial que, de acordo com Oswald Nell-Breuning SJ (1890-1991), um dos seus teólogos favoritos, ele “pediu o desenvolvimento de uma nova *juris disciplina*: lei de trabalho. Enumera os seguintes assuntos que devem ser abordados na lei de trabalho: “vida, saúde, força, família, lar, local de trabalho, salário, riscos industriais; em suma, tudo o que está ligado ao trabalhador e as suas condições de vida...com consideração especial pelo trabalho feito por mulheres e crianças.” (Nell-Breuning, p. 46)

A visão angélica do estado

Durante o período de crescimento rápido no século XIX, qualquer analista imparcial teria detectado abusos, e outros desenvolvimentos traumáticos que afectavam inúmeros agregados familiares e trabalhadores. Muitos deles eram causados por, e da culpa dos empregadores egoístas. Para resolver estes problemas, intelectuais de diferentes origens começaram a apoiar mandatos de governo e reguladores acreditando que os burocratas, quase como “anjos”, seriam guiados não por egoísmo mas pelo bem comum. Até as estrelas neoliberais da economia, as que desenvolveram a economia social de mercado, como Wilhelm Röpke (1899-1966), antigo presidente da Sociedade Mont Pèlerin, promoveu legislação anti-trust e um número de regulamentações “con-

fortáveis”, na esperança de melhorar a ordem do mercado. Nos seus textos deu pouca atenção à possibilidade de os reguladores também serem egoístas e de terem o potencial para criarem problemas ainda maiores do que aqueles que tentavam resolver.

Alguma da melhor teologia moral católica europeia aplicada à economia, como a que foi produzida por Johannes Messner (1891-1984), Arthur Fridolin Utz (1908-2001), e Joseph Höffner (1906-1987), foi influenciada por autores da “Escola de Freiburg” como por exemplo Röpke, Walter Eucken (1891-1950), e Alfred Müller-Armack (1901-1978). O modelo económico resultante é normalmente referido como “Economia Social de Mercado.” Nessa escola, Röpke era talvez o mais liberal, e Alfred Müller-Armack o menos liberal, ou o mais optimista acerca das possíveis melhorias resultantes da actividade do governo. Müller-Armack defendia todo o tipo de intervenções do governo, desde o ordenado mínimo à redistribuição do rendimento, de modo a “corrigir” as falhas do mercado. (Farmer, p. 320) Röpke viu que o “estado providência” tinha um potencial perigoso para crescimento: “Pela sua expansão contínua, o estado providência tenta abranger cada vez mais incertezas da vida e círculos cada vez maiores da população, mas tem também a tendência de aumentar os seus fardos; e esta situação é perigosa porque enquanto a expansão for fácil e tentadora, qualquer revogação de uma medida que mais tarde seja reconhecida como precipitada é difícil e, por fim, politicamente impraticável.” (Röpke, p. 162)

Messner, Utz e Höffner são exemplos ideais de moralistas que, apesar de conhecerem os princípios básicos da economia, encorajavam ainda mais intervenção governamental do que os neoliberais ou os ordo-liberais. Karl Farmer afirma correctamente que “A posição filosófica específica e a visão paternalista do estado de Müller-Armack preparam o terreno para a gradual expansão excessiva do estado providência.” (Farmer, p. 321) Durante os últimos 50 anos a Europa tem sido um grande terreno de experimentação destes pontos de vista.

O optimismo que algumas autoridades da Igreja sentem pelas adminis-

trações públicas ainda está presente nos documentos e declarações da Igreja, especialmente no que toca a agências internacionais. Este optimismo persiste apesar da enorme diferença nos pontos de vista partilhados pelos burocratas destas agências e o Vaticano. As associações ecologistas internacionais, por exemplo, consideram que os seres humanos não estão no centro, sendo apenas mais um elemento na natureza. Para além dos fundamentos divergentes, estas agências não têm nenhum talento especial para conduzir processos de mercado em direcções valorizadas pela Igreja. Lord Griffiths avaliou que a esperança de João Paulo II de que “agências internacionais eficazes orientem e direcionem a economia internacional para o bem comum” é “baseada num mal-entendido sobre a natureza da globalização. A tentativa para a controlar não seria melhor do que o planeamento económico nacional proposto por Lord Keynes e outros que eventualmente sucumbiu no início dos anos 70 do século XX” (Griffiths, p. 25)

Um bom exemplo que demonstra o ponto de vista de Griffiths é o que aconteceu recentemente (meados de Junho 2007) no Banco Mundial. Uma simples pesquisa na internet sobre os ataques dos meios de comunicação a Juan José Daboub, então administrador, mostra inúmeras acusações contra ele por ter tido a coragem de argumentar que o Banco Mundial não devia estar no negócio de financiar a produção e distribuição de preservativos. A sua alegada associação a uma organização laica Católica Romana é apontada quase como um crime. Qual é a fonte do optimismo da Igreja, achando que estas organizações internacionais alguma vez serão guiadas pelos seus princípios?

A verdade por detrás destas confusões

Economistas liberais, a favor do crescimento, ridicularizam algumas destas teorias, dizendo que a longo prazo, num sistema capitalista sem restrições, a maioria destes problemas desaparecerá. Os pobres ficariam melhor, assim como os trabalhadores. A concorrência eliminaria as imperfeições do mercado. Apontam para dados de índices de liberdade económica, para tendências do PIB que mostram nações que já fo-

ram pobres a ultrapassar as que já foram ricas, e não encontram dados que provem que os sindicatos ajudam a aumentar os níveis de salários para todos. No entanto, estas três linhas do que me parece ser pensamento económico confuso ainda existem entre nós. Nada impede que uma organização mantenha os erros durante muito tempo. A condenação de taxas de juro por parte de teólogos católicos durou séculos. O mesmo ainda se passa no mundo muçulmano. No entanto, acredito que estes ensinamentos sobre desigualdade, trabalho e burocracias, que vejo como erros, mal desenvolvidos ou irreflectidos, têm permanecido tanto nos falsos dogmas da Igreja porque *cada um deles tem uma semente de verdade*.

No geral, os economistas libertários e apologistas do mercado livre tomam um posicionamento conflituoso e são poucos os que se esforçam por encontrar uma base comum com quem tem pontos de vista diferentes. P. T. Bauer escreveu um ensaio famoso intitulado “A Economia Eclesiástica é a Inveja Exaltada” (Bauer, 1982) e F. A. Hayek veem pouco ou mesmo nenhum espaço para o conceito de justiça social, um conceito importante na doutrina social da igreja. Hayek descurou completamente, e aparentemente expos incorrectamente, a importante tradição Católica de justiça social avançada por Taparelli, e seguida por A. F. Utz, Nell-Breuning e Johannes Messner que argumentavam que *a justiça social não tem nada a ver com o estado mas com a ordem na sociedade, e não é estabelecida pelo estado*.

No entanto, muitos economistas anteciparam posições semelhantes às que estou a criticar com prudência e respeito.

Será que os ricos estão a ficar mais ricos e os pobres a ficar mais pobres?

Os ricos podem ficar mais ricos à custa dos mais pobres, e por vezes é o que tem acontecido. Isto acontece quando se apoderam do governo e reduzem as oportunidades para os pobres. Quando Paulo VI e outras autoridades religiosas falam sobre um sistema económico “deixado à sua sorte” é isso mesmo que querem dizer. Este é um sistema onde os empresários ditam as regras em vez de funcionarem num quadro de Estado

de Direito. É por isso que João Paulo II toma o partido dos seus antecessores quando critica um capitalismo em que “a liberdade no sector económico não está circunscrita a um quadro jurídico que a coloca ao serviço da liberdade humana na sua totalidade e a vê como um aspecto específico dessa liberdade, cujo núcleo é ético e religioso.” (Centesimus Annus, CA, 42) No entanto ele apoia um sistema capitalista “que reconhece o papel fundamental e positivo das empresas, do mercado, da propriedade privada e a resultante responsabilidade pelos meios de produção, assim como criatividade humana livre no sector económico...apesar de talvez ser mais indicado falar de uma “economia das empresas”, “economia do mercado” ou simplesmente “economia livre.”” (CA, 42)

Hernando de Soto e a sua equipa de investigadores mostraram, como ninguém o tinha feito antes, como é que uma economia com regulamentação excessiva cria preços de entrada no mercado tão elevados para os pobres, que acaba por os excluir das justas oportunidades. A acrescentar a este processo, e para explicar porque é que há tantos pobres que não conseguem melhorar as suas condições, fui pioneiro e tentei fazer passar a noção de uma “distribuição desigual de liberdade económica.” A distribuição desigual de liberdade económica conduz a um sistema onde os ricos ficam mais ricos porque são os únicos que podem pagar pelos custos legais; ou os únicos que podem comprar a produtores que não são estatais os produtos e serviços, como a educação e a segurança, produzidos de forma ineficiente por funcionários públicos e burocracias. Os pobres ficam com muito pouco acesso à legalidade e presos a serviços de má qualidade.

Na maioria dos índices que medem o Estado de Direito, apenas uma minoria dos países pode ser considerada como tendo um quadro jurídico forte e justo. Nesses países a população, assim como os moralistas, veem como os ricos que têm uma forte ligação com o governo continuam a enriquecer mesmo em alturas em que a maioria da população sofre. Contudo, como declaração geral, dizer que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres pode ser enganador e perigoso. Como descreve a situação



A distribuição desigual de liberdade económica conduz a um sistema onde os ricos ficam mais ricos porque são os únicos que podem pagar pelos custos legais

em muitas regiões do mundo durante períodos de tempo específicos, o slogan os “ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres” continua a ser repetido, não tanto em documentos da hierarquia, mas vindo frequentemente do púlpito.

É verdade que o trabalho é diferente?

O mercado de trabalho também tem características distintivas de quase todos os outros mercados. Apesar de princípios económicos como a lei da oferta e da procura se aplicarem também ao mercado de trabalho, os seres humanos não decidem, e não devem decidir a distribuição do bem comercializado, trabalho produtivo, como nos outros mercados. O preço do trabalho, a longo prazo, poderá ser determinado da mesma forma que outros factores de produção (pela sua produtividade marginal) mas a dignidade do ser humano confere uma dimensão especial a este mercado.

Empresários de sucesso, que também são grandes promotores do siste-

ma de livre iniciativa económica, reconheceram o valor de tratar o trabalhador com uma dignidade especial. O francês Jacques Raiman (1946-) coloca este princípio no centro do modelo de negócio (Raiman, 2007). Também o fazem François Michelin (2003), e o empresário canadiano J-Robert Ouimet. Charles Koch, o principal accionista de uma das duas maiores empresas privadas sediadas nos Estados Unidos (as acções não são negociadas publicamente), publicou recentemente um livro onde pretende cunhar a expressão “empreendedorismo com princípios” para aquilo a que alguns de nós chamaria de posturas empresariais “socialmente responsáveis” em relação ao trabalhador (Koch, 2007). Nenhum outro factor de produção recebe o mesmo tratamento neste livro.

Desde Adam Smith até F. A. Hayek, defensores notáveis do sistema económico capitalista têm estado abertos à ideia da intervenção estatal para ajudar os trabalhadores, seja através da educação ou da criação de uma rede de protecção.¹ Embora a doutrina social da Igreja deva reconhecer que as leis da ciência económica também se aplicam ao trabalho, a doutrina está correcta ao chamar a atenção para a natureza especial e diferente do trabalho.

O serviço público necessita de pessoas com virtudes especiais e elas existem

Durante o período de grande desenvolvimento do sistema capitalista foram cometidos muitos erros, e verificaram-se situações que estavam longe de serem ideais. A recente crise (2008-2010) fez com que pareça natural aos intelectuais e aos líderes políticos encontrar soluções governamentais para as deficiências do mercado. O mesmo aconteceu em períodos anteriores do século XX. Estará a massa monetária a comportar-se erradamente e a criar movimentos de expansão e contracção? Vamos então dar mais poder e orçamentos aos Bancos Centrais. Estarão os ciclos de preços a provocar efeitos negativos nos produtores? Vamos criar órgãos reguladores de preços. Raramente se discutiu sobre qual seria o incentivo das autoridades do Banco Central para promoverem uma moeda estabilizada em vez de se ajustarem aos desejos do poder político. Poucos tiveram

em consideração o facto de que os órgãos reguladores de preços também empregariam seres humanos com defeitos semelhantes aos dos que se encontram no sector privado. Apareceu na Igreja uma linha de pensamento onde os burocratas, só porque *deveriam* servir o bem comum, passaram a ser tratados como se na realidade *actuassem* a pensar no interesse público em vez de pensarem no seu próprio interesse. Os moralistas da Igreja Católica, e também de outras origens, ao não reconhecerem que os burocratas e reguladores também têm falhas, começaram a tratá-los como “quase-anjos” e até agora quase não se têm concentrado no conjunto de incentivos que encoraja os burocratas a servir-se a si mesmos ou ao círculo eleitoral que os eleger em vez de servirem o público em geral.

Avançar

Como a Igreja tem o mandato para almentar a sua doutrina com todos os contributos da ciência estabelecida, muita da responsabilidade para melhorar os pontos de vista da igreja em questões de desigualdade, trabalho e tomadas de decisão burocráticas reside na Igreja e nas suas muitas Academias Pontificais. Vários membros destas academias são favoráveis aos mercados livres: desde Gary Becker na Academia Pontifical das Ciências (o único prémio Nobel em Economia nesta Academia), a Mary Ann Glendon, presidente da Academia Pontifical de Ciências Sociais, ao Padre Alberto Bochatey, na Academia Pontifical para a Vida. Todos eles conquistaram a confiança do Vaticano não por concordarem com todas as declarações contingentes dos moralistas católicos, mas por alcançarem uma reputação académica excepcional e aprenderem a comunicar com os moralistas com respeito e compreensão. Se os economistas favoráveis a uma ordem de mercado livre querem ter mais influência no pensamento da Igreja em questões económicas, serem bons economistas não é suficiente. Têm também de aprender a comunicar numa “linguagem” mais acessível aos líderes da Igreja, e de fazer um esforço para entenderem as tradições católicas.

Aqueles que, como nós, são economistas, podem contribuir para o desenvolvimento da Doutrina Social Católica ao continuar a aperfeiçoar a avaliação e

O Papa Bento XVI também faz referências à desregulamentação dos mercados de trabalho, e associa isto às mudanças nas condições dos trabalhadores. Será que essa declaração é corroborada pelo que vimos hoje na realidade?



compreensão da realidade económica. Sou administrador fundador e secretário do conselho de um grupo de reflexão, o *Acton Institute for the Study of Religion and Liberty*, que conduz numerosos programas que têm e continuam a ter uma influência positiva na Igreja. Também sou administrador de um outro grupo de reflexão extraordinário, *The Fraser Institute*, em Vancouver, Canadá, que tem como divisa “se é importante, é para medir.” Fraser é especialista em medir liberdade económica e correlacionar com medidas de riqueza e bem-estar. Será que as nações ricas estão a ficar mais ricas e as pobres estão a ficar mais pobres? O que é que dizem as avaliações? A níveis internacionais já vimos, em quase todos os continentes, países ricos caírem e países pobres crescerem. Como a Argentina na América Latina, com rendimento per capita e parte do rendimento mundial decrescentes enquanto o Chile está a crescer. A Irlanda na Europa e a Estónia na Europa Central são outros bons exemplos. Em países ricos e em países pobres vimos desigualdade, avaliada pelo coeficiente Gini, manter-se inalterada durante

muitas décadas. No entanto, a avaliação não toma em consideração o movimento entre os quintis. Que quantidade dos pobres de ontem fazem parte dos ricos hoje? As questões sobre a desigualdade e tendências não têm respostas fáceis, e a Igreja deveria ser menos propensa a generalizações.

Antigamente nascer no lugar certo, na família certa, era garantia de que uma pessoa seria rica a vida inteira. A dinâmica da globalização tem vindo a mudar tudo isso. Hoje em dia, uma percentagem de desigualdade ainda se deve a uma desigualdade de bens. Mas os preços dos bens são calculados pelo valor actualizado do futuro fluxo de rendimentos desse bem (uma quinta, indústrias, ou bens capitais, são avaliados segundo o valor de mercado previsível dos produtos que uma pessoa pode produzir com eles.) Quanto maior for a concorrência que os produtores enfrentam em todo o mundo, menos certeza terão relativamente a serem capazes de se manterem competitivos, e mais dúvidas terão acerca do valor futuro dos seus bens. A desigualdade de bens, especialmente nos

países em vias de desenvolvimento, é cada vez menos relevante para analisar porque é que em certos casos “alguns ricos estão a ficar mais ricos e alguns pobres estão a ficar mais pobres.” A maior parte da desigualdade é fruto da desigualdade de rendimento.

Os rendimentos estão extremamente dependentes da educação e um maior número de oportunidades para uma melhor educação numa economia globalizada estão a criar choques positivos em muitas sociedades. Crianças de origens humildes têm acesso a bolsas de estudo para estudarem no estrangeiro e passar à frente dos seus pares mais ricos. Mas estes casos ainda são muito poucos, excepto talvez em alguns países asiáticos como Singapura e Taiwan. De modo a reduzir desigualdades, a Igreja deveria continuar a promover a escolha e a participação dos pais na educação e a abrir os seus estabelecimentos educativos aos melhores e aos mais merecedores.

Argumentei que para melhorar a posição da Igreja na questão da desigualdade precisamos de melhores avaliações. Quem é que deve produzir estes indicadores? Sou tão céptico relativamente à utilidade de organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e as Nações Unidas, entre outras, que preferia vê-las fechadas. Mas como isso é pedir muito, gostaria de ver uma melhor utilização do talento técnico destas organizações e uma melhoria dessas avaliações, em concorrência com, e talvez complementando, indicadores do sector privado. Apesar de algumas fraquezas, os indicadores de “Fazer Negócios” produzidos pelo Banco Mundial são uma contribuição positiva. Baseiam-se no trabalho pioneiro do acima mencionado Hernando de Soto e da sua equipa de investigadores no *Instituto Libertad y Democracia* no Perú. Uma leitura minuciosa dos indicadores mostraria aos moralistas que os pobres estão a ficar mais pobres nos países onde as autoridades locais, e não aqueles que estão no “centro”, impõem encargos onerosos aos seus produtores e empreendedores locais.

Há outras noções que se encontram difundidas no pensamento dos moralistas que produzem resultados opostos àqueles que se esperava. Muitos moralistas, quando analisam lucros, parece

que consideram o preço de custo acrescido e o fim lucrativo como mais “justo” do que lucros que resultam de cobrar o máximo que se pode, mesmo quando não estão envolvidos nem a fraude, nem a coerção nem privilégios injustos. Quando estas noções erradas de “lucros justos” conduzem a enquadramentos legais onde os lucros são estipulados como uma percentagem fixa dos custos, em vez de serem o resultado de antecipar correctamente o mercado, os ricos tendem a ficar mais ricos e os pobres mais pobres. Hoje em dia, o preço de custo acrescido é normalmente aplicado em produtos e serviços fornecidos por indústrias detidas pelo governo ou rigidamente regulamentadas. Não há espaço neste ensaio para desenvolver uma análise minuciosa sobre como estruturas rígidas de lucro conduzem ao resultado paradoxal de aumentar em vez de diminuir a desigualdade, por isso deixo este tema para ser desenvolvido numa análise futura.

Mercados de trabalho

Recomendo uma estratégia semelhante para influenciar as declarações da igreja em questões laborais. Melhorar as avaliações sobre as normas dos mercados de trabalho assim como a condição dos trabalhadores em todos os países pode ser uma grande ajuda. Recordo-me do quanto me foram úteis os meus conhecimentos sobre estatísticas e normas laborais durante o período de perguntas e respostas durante uma palestra numa universidade europeia extremamente influenciada pelo pensamento Católico. Algumas das perguntas subentendiam algumas consequências negativas do “capitalismo selvagem” que temos nos Estados Unidos, especialmente no que toca a trabalho. Como empregador na Virgínia do Norte, sabia que funcionamos com um grau de liberdade decente; não somos obrigados, por exemplo, a ter um contrato de trabalho. Podemos contratar e despedir conforme nos é conveniente. No entanto, o nosso “desemprego” na altura estava em 2%; quatro ou cinco vezes mais baixo do que na maior parte da Europa. O Papa Bento XVI afirmou correctamente que “Estar sem trabalho ou dependente de assistência pública ou privada durante um período de tempo longo mina a liberdade e criatividade da pessoa e da sua

família e relações sociais, causando um enorme sofrimento psicológico e espiritual.” (CV, 25) Como tive este debate amigável numa universidade Católica, isto também me ajudou a recolher alguns dados sobre participação religiosa, atitudes, e legislação sobre o casamento e a família, e outros indicadores, onde os Estados Unidos tiveram melhor pontuação que a Europa. Também lhes foi impossível provar que o mercado de trabalho europeu mais regulamentado é mais compatível com a dignidade da pessoa humana do que o sistema no qual funciono nos Estados Unidos. Além do desemprego e dos níveis de salário, é importante continuar a recolher dados adicionais sobre mercados de trabalho e a condição dos trabalhadores.

O Papa Bento XVI também faz referências à desregulamentação dos mercados de trabalho, e associa isto às mudanças nas condições dos trabalhadores (CV, 25). Será que essa declaração é corroborada pelo que vimos hoje na realidade? A América Latina tem alguns dos mercados de trabalho mais regulamentados do mundo, e é uma das regiões onde os trabalhadores mais têm sofrido.

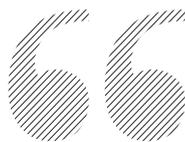
Os simpatizantes do livre empreendedorismo teriam mais influência no debate se tivéssemos empresários mais “intelectuais”, como os que já mencionámos acima – Ouimet, Michelin, Raiman e Koch, – em diálogo com a Igreja: reconhecendo que o trabalho é diferente, mas sem ter de abrir mão da sua capacidade de entender que as leis da economia também se aplicam a esse mercado.

Um assunto em que a Igreja tem de ter o cuidado de não cometer um novo “erro” é o da subcontratação. O Arcebispo Silvano Tomasi, Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas e Organizações Especiais em Genebra e na Organização Mundial do Comércio, levantou recentemente “algumas advertências relativamente à prática de subcontratação.” (Griffiths, p. 58) A Igreja enquanto mestre tem todo o direito e dever de analisar as questões morais relativas à “subcontratação.” Não deve, no entanto, cair na ratoeira da análise preconceituosa politicamente correcta.

Além de olhar em frente, a Igreja deve também alimentar os seus pontos de vista sobre crescimento e bem-estar utilizando o melhor das suas tradições. A tradição escolástica tardia é um óptimo

exemplo, e os académicos de diversas origens reconhecem a sua contribuição. Mas também não é necessário ir tão atrás. Oswald Nell-Breuning, o moralista que teve a maior influência no *Quadragesimo Anno*, uma das encíclicas sociais mais influentes, tinha opiniões sofisticadas sobre o funcionamento do mercado de trabalho com mais mérito do que lhe querem atribuir. Apesar de os salários altos poderem ser um sinal de que a sociedade é mais justa, Nell-Breuning afirma que “O Papa claramente, expressamente, e exclusivamente subordina o montante dos salários à justiça comutativa.” (Nell-Breuning, p. 170) Isto é completamente consistente com os pontos de vista defendidos durante séculos por autores escolásticos e escolásticos tardios. Nell-Breuning continua “Se, no entanto, a estrutura económica for perturbada, ou se for impossível dar ao trabalho o seu lugar próprio no sistema, então o valor do trabalho feito será mais ou menos insuficiente para fazer face às necessidades familiares. Então o empregador não pode ser obrigado, com base na justiça comutativa ou outra razão qualquer, a pagar salários familiares. Pelo contrário, nesta situação está impossibilitado de os pagar. A tentativa, apesar de tudo, de os pagar, teria como resultado apenas uma maior perturbação da estrutura económica, e poria em perigo o próprio empregador.” (Nell-Breuning, p. 177-8)

“Tentar assegurar a execução do pagamento de um salário familiar nestas condições seria injusto para o empregador; relativamente à comunidade no seu conjunto isso representaria uma violação da justiça social.” (Nell-Breuning, p. 178) Nell-Breuning afirma que esta é “a única interpretação possível que corresponde à palavra e ao espírito do documento [Quadragesimo Anno]...com conhecimento sólido e completa convicção científica do verdadeiro significado das palavras papais.” (Nell-Breuning, p. 178-9) Nell-Breuning faz outra afirmação que hoje raramente ouvimos ser feita por pensadores religiosos “Uma taxa salarial que causa o colapso da firma compromete o objectivo do trabalho.” (Nell-Breuning, p. 182) Conclui que “sem ser injusto o empregador pode dar aos seus empregados a escolha entre as duas únicas possibilidades: o encer-



A Igreja Católica Romana foi uma das primeiras instituições religiosas a reconhecer e a incluir na sua doutrina a realidade de uma economia em mudança. A focalização na pessoa como centro do processo de desenvolvimento e bem-estar ajudou a Igreja a realçar a importância do empresário

ramento e o despedimento, ou a continuação do trabalho com salários mais baixos.” (Nell-Breuning, p. 184)

Nell-Breuning fala sobre a “dependência da doutrina marxiana do valor do trabalho na doutrina da economia clássica liberal.” (Nell-Breuning, p. 303) Antecipando algumas das declarações em *Centesimus Annus*, e baseando o seu trabalho sobre a importância do capital humano em Friedrich Areboe, Nell-Breuning concordou que “melhorar a mente humana é agora

mais importante do que melhorar o solo.” “Isto é realmente verdade. Não é aquele que cria e dá forma a coisas materiais, mas sim aquele que dá forma a seres humanos e lhes dá o seu carácter, é que fará realmente história.” (Nell-Breuning, p. 40)

O Papa Bento XVI enumera as várias formas pelas quais os governos, empresas multinacionais, doadores e organizações internacionais podem ficar aquém do seu princípio orientador de desenvolvimento. O Papa menciona frequentemente os sindicatos e os trabalhadores mas nunca adverte que também eles podem ficar e na realidade ficam aquém dos princípios de caridade e verdade. Os governos em muitos países concederam privilégios a sindicatos que bloquearam progressos na educação, na política de imigração e mobilidade interna do trabalho, ou incentivam políticas protecionistas em países em desenvolvimento em detrimento das nações pobres. Para dar apenas um exemplo, o Papa parece lamentar que “por razões de utilidade económica, eles frequentemente limitam a liberdade ou capacidade de negociação dos sindicatos.” (CV, 25) Nenhuma palavra ou lamentação acerca do efeito negativo de limitar a liberdade ou capacidade de negociação dos trabalhadores não sindicalizados.

Trazer os ensinamentos da economia “Escolha-Pública” para a hierarquia

Relativamente à questão de “visão angélica do estado” aqueles de nós que dialogam com moralistas, precisam de continuar a expô-los às lições ensinadas pela teoria da tomada de decisões burocrática (normalmente chamadas de “Teoria da Escolha Pública” um termo que evito) como se encontra exemplificado nos textos de James Buchanan, prémio Nobel da Economia, de Gordon Tullock e de muitos outros. Esta escola de pensamento desenvolveu os seus conhecimentos incluindo nas suas análises a hipótese de que aqueles que são responsáveis pelas administrações públicas seriam motivados por interesses egoístas semelhantes aos do sector privado. As suas conclusões lógicas e valor preditivo angariou-lhes uma reputação científica que não deve ser negligenciada pela Igreja. Reconhe-

cem que os agentes do sector privado procuram e recebem privilégios governamentais e cunharam a expressão “comércio de privilégios” para descrever esse comportamento.

A expressão “comércio de privilégios” apareceu talvez pela primeira vez num documento do Vaticano no recentemente publicado “Reflexão” pelo Conselho Pontifical para a Justiça e a Paz, “A Vocação do Empresário.” O documento de trinta e duas páginas termina com um Anexo “Uma Lista de Controlo de Discernimento para o Empresário” que se lê como um exame de consciência. Um dos pontos diz o seguinte: “Estou a criar riqueza, ou estarei a envolver-me num comércio de privilégios?” (Conselho Pontifical para a Justiça e a Paz, 2012, p. 26)

Para enfraquecer ainda mais esta “visão angélica” do estado, deveríamos continuar a melhorar as avaliações do custo dos serviços fornecidos pelo governo e a compará-los com aqueles oferecidos pelo sector privado. Avaliar o custo, a qualidade e acesso aos bens e serviços fornecidos em mercados extremamente regulamentados face aos que não são regulamentados é uma outra forma de ter uma visão mais realista das virtudes e vícios das actividades estatais.

Observei antes que a hierarquia da Igreja Católica tem um optimismo excessivo relativamente ao comportamento de burocracias internacionais. É no domínio do ambiente que esta situação provoca mais contradições, o que tem um impacto óbvio no bem-estar e crescimento económico. O Papa Bento XVI aborda algumas destas contradições especialmente quando lida com a questão do aborto. Ao falar sobre a sua preocupação pelo “ambiente e o desenvolvimento sustentável”, o Papa Bento XVI também afirmou recentemente que “a comunidade internacional reconhece que os recursos mundiais são limitados e que é o dever de todos os povos implementar políticas para proteger o ambiente de modo a evitar a destruição desse capital natural cujos frutos são necessários para o bem-estar da humanidade.” A maioria dos recursos, no entanto, são apenas limitados pela nossa inteligência. Um bem material transforma-se num recurso económico apenas quando o intelecto humano o transforma em tal.

É por isso que os seres humanos foram apelidados de “o último recurso” pelo falecido Julian Simon (1983), um favorito do Vaticano. Um recurso natural, para utilizar a expressão de Armando Ribas, um intelectual cubano-argentino, enquanto permanece natural, não é verdadeiramente um recurso. O turismo seria uma excepção ao aforismo de Ribas, mas conseguimos entender o que ele quer dizer. Será que a energia é um recurso limitado? Ou será que ela é limitada apenas pelo conhecimento actual que temos para acumular e utilizar a energia abundante produzida pelo sol, pelo vento, pelo centro da Terra, e pelos oceanos, de uma forma economicamente eficaz?

O Papa Bento XVI também salientou a necessidade de “avaliar e prever, monitorizar a dinâmica das alterações ambientais e crescimento sustentável, e de elaborar e aplicar soluções a um nível internacional.” O Pontífice Romano deixa de lado a questão de qual seria a autoridade, a um nível internacional, que teria legitimidade nesta área. Seriam os mesmos órgãos internacionais que dão mais ênfase ao direito de matar bebés no útero do que à criação de sistemas políticos e económicos que conduzem à prosperidade? A maioria dos órgãos internacionais promovem uma agenda que contradiz directamente o segundo repto do Papa Bento XVI: “Apenas o amor no seio da família,” sublinha, “fundada num homem e numa mulher, que são criados à imagem de Deus, pode assegurar a solidariedade entre gerações que transmite o amor e a justiça às futuras gerações.”

Até agora a Igreja Católica Romana não aderiu à nova moda ambientalista. Há uns anos atrás o Vaticano organizou uma grande conferência sobre aquecimento global, e ao contrário de outras organizações na Europa, convidou tanto os cépticos como aqueles que defendiam a fatalidade do aquecimento global. No entanto, tanto quanto sei, estes cépticos foram convidados depois de um Cardeal iluminado ter alertado, a título particular, que o encontro iria ser unilateral. Penso que o posicionamento ambiental da Igreja, relativamente ao aquecimento global, ao crescimento da população, e à pesquisa biogenética pode ter enormes

implicações para o futuro bem-estar e crescimento económico, na Europa e em todo o mundo.

Ajustar às novas realidades

O meu grande motivo de optimismo na direcção do pensamento da Igreja relativamente ao desenvolvimento económico e ao bem-estar, é que tudo o que vejo e leio confirma a fundamentação do que considero o grande recurso “humano” da Igreja: uma antropologia correcta e uma teleologia correcta.

Todos os ensinamentos sociais e económicos da Igreja precisam de passar o teste da pessoa humana. Como afirmou Lord Griffiths, “a pedra angular do ensinamento social cristão é afinal a dignidade intrínseca de todo o ser humano. É esta verdade que está na base dos direitos humanos, do governo democrático, e das economias de mercado. Para os cristãos, o grande teste da globalização não é o crescimento económico per se, a inovação, as novas tecnologias, os fluxos de capitais ou o aumento de comércio, mas sim como é que ela afecta a vida e as escolhas disponíveis a cada pessoa.” (Griffiths, p. 26)

Nesta apresentação centrei-me nas tendências generalizadas em ideias que são hostis ao desenvolvimento e ao bem-estar. No entanto, para ser justo, gostaria de salientar uma tendência positiva: a Igreja Católica Romana foi uma das primeiras instituições religiosas a reconhecer e a incluir na sua doutrina a realidade de uma economia em mudança. A focalização na pessoa como centro do processo de desenvolvimento e bem-estar ajudou a Igreja a realçar a importância do empresário. No período que antecedeu a publicação de *Centesimus Annus* CA, o papel da livre iniciativa económica e do empresário na criação de riqueza fez uma entrada modesta na linguagem da Igreja. Há vinte anos, ao falar na Argentina, o meu país natal, o Papa João Paulo II acentuou que “[O] grau de bem-estar de que goza a sociedade hoje em dia teria sido impossível sem a figura dinâmica do empresário,” (Chafuen 1990, p. 191)

João Paulo II sublinhou a criatividade do empresário e o direito de iniciativa própria em *Centesimus Annus*, “[É] importante salientar que há diferenças específicas entre as tendências da sociedade moderna e as do passado,

mesmo do passado recente. Enquanto que a certa altura o factor decisivo da produção era a terra, e mais tarde o capital – entendido como um complexo total de instrumentos de produção – hoje o factor decisivo é cada vez mais a pessoa, ou seja, o seu conhecimento, especialmente o conhecimento científico, a sua capacidade de organização interrelacionada e compacta, assim como a sua capacidade para se aperceber das necessidades dos outros e de as satisfazer.” O Papa desenvolveu mais a fundo o papel do empresário:

“É precisamente a capacidade de prever tanto as necessidades dos outros como as combinações de factores produtivos mais bem adaptados à satisfação dessas necessidades que constitui outra fonte importante de riqueza na sociedade moderna. Além disso, há muitos bens não podem ser adequadamente produzidos pelo trabalho de uma pessoa isoladamente; necessitam da colaboração de muitas pessoas a trabalhar para um objectivo comum. Organizar tal esforço produtivo, planear a sua duração no tempo, certificar-se de que corresponde de forma positiva às exigências que deve satisfazer, e tomar os riscos necessários – tudo isto é também uma fonte de riqueza na sociedade de hoje. Desta forma, o papel do trabalho humano disciplinado e criativo e, como parte essencial desse trabalho, a iniciativa e a capacidade empresarial tornam-se cada vez mais evidentes e decisivas.” [CA 70]

Conclusão

Como economista, vejo fragilidades no desenvolvimento dos ensinamentos católicos nas áreas do trabalho, da desigualdade, e da intervenção governamental. Em todos estes tópicos a Igreja tem os seus pontos fortes: o trabalhador não é mais uma mercadoria, as desigualdades escandalosas fruto da injustiça estão um pouco por todo o lado, e os governos podem intervir ao criar enquadramentos adequados. Todos estes pontos correspondem a verdades. A Igreja não está isolada e os seus ensinamentos precisam de ser alimentados pela melhor análise económica.

Concentrei-me nas declarações económicas da Igreja porque a minha área é o pensamento económico. Tenho plena consciência, no entanto, de que para os

seus membros, o valor da mensagem da Igreja Católica Romana tem pouco a ver com economistas e muito mais como os ensinamentos do seu Fundador. Segundo a Igreja, a transformação das relações sociais neste mundo depende, em última análise, “[D]a transformação interior da pessoa humana, da sua transformação progressiva em Cristo.” (Compendio da Doutrina Social Católica, no. 42) Os ensinamentos da Igreja sobre desenvolvimento económico e bem-estar precisarão sempre de ter este aspecto em consideração. O Papa Bento XVI reafirmou isto recentemente quando de-

clarou “Se o desenvolvimento fosse limitado ao aspecto técnico-económico, ocultando a dimensão moral e religiosa, não seria um desenvolvimento humano integral, mas uma distorção unilateral que acabaria por soltar as capacidades destrutivas do homem.”

Se, como cristãos, a tarefa mais importante é a nossa salvação e santificação, enquanto economistas precisamos de continuar a melhorar a nossa compreensão das condições que causam o desenvolvimento e maximizam o bem-estar, e a tentar trazer estes pontos de vista aos moralistas.■

GUIA DE LEITURAS

- Bauer, Peter, “Ecclesiastical Economics is Envy Exalted,” *This World*, No. 1, Winter/Spring, pp. 56-69.
- Benedict XVI, *Caritas in Veritate* - Encyclical Letter.
- Chafuen, Alejandro A., 1990, “The Church and Latin American’s Struggle for Economic Freedom”, in *Fighting the War of Ideas in Latin America*, NCPA, Dallas.
- Chafuen, Alejandro A., 2003, *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late-Scholastics*, Lexington Books, U.S. Lanham, Maryland
- Chafuen, Alejandro A. and Liggio, Leonard P. 2004, “Cultural and religious foundations of private property,” appearing in *The Elgar Companion to the Economics of Property Rights*, Enrico Colombatto, ed., Edward Elgar, London.
- Farmer, Karl, 2006, “Germany’s Social Market Economy and the New Systems Competition” in *Journal of Markets and Morality*, Volume 9, Number 2 (Fall 2006): pp. 317-336.
- Gregg, Samuel, 2006, “A Lost Opportunity: The Compendium of the Social Doctrine of the Church—A Review Essay” in *Journal of Markets and Morality*, Volume 9, Number 2 (Fall 2006): pp. 261-276.
- Griffiths, Brian, 2007, *Globalization, Poverty, and International Development: Insights from Centesimus Annus*, Acton Institute, Grand Rapids
- Hayek, F. A. 1988, *The Fatal Conceit*, U. of Chicago Press, Volume 1, Chapter 9.
- John Paul II, *Centesimus Annus*, Encyclical Letter.
- Koch, Charles, 2007, *The Science of Success: How Market-Based Management Built the World’s Largest Private Company*, John Wiley & Sons
- Michelin, Francois, 2003, *And Why Not?: The Human Person and the Heart of Business*
- Lexington Books, U.S. Lanham, Maryland
- Nell-Breuning, Oswald von, 1937, *Reorganization of Social Economy. The social encyclical developed and explained*. Translated and edited by Bernard Dempsey, SJ Milwaukee: Herder.
- Ouimet, J.-Robert, 2008, *Tout vous a été confié*, Paris: Éditions Presses de la Renaissance
- Pontifical Council for Justice and Peace, 2012, *Vocation of the Business Leader*, Vatican City.
- Raiman, Jacques, 2007, “Harold Deming, Francisco Varela and Austrian Theory”, unpublished paper presented at a meeting of the Fund for Spontaneous Order of the Atlas Economic Research Foundation, Arlington, Virginia, May 2007.
- Röpke, Wilhelm, 1998, *A Humane Economy*, 3rd ed., Wilmington, Del.: ISI Books.
- Simon, Julian, L., 1983, *The Ultimate Resource*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press

NOTAS

¹ Há quem argumente que na introdução de O Caminho para a Servidão em 1976, Hayek alterou completamente as suas opiniões. Outros juram que não <http://www.er.uqam.ca/nobel/philuqam/dept/textes/HayekasPopularizer.pdf>.

Pelo menos para este ensaio, a questão não é relevante uma vez que o meu objectivo é mostrar que mesmo os grandes defensores do liberalismo clássico trataram o trabalhador de forma diferente dos outros factores de produção.